



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006145-17.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Luis Antônio da Cruz**
 Requerido: **Pernambucanas Financiadora S.a. Credito Financiamento e Investimento**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos.

LUIZ ANTONIO DA CRUZ promove ação declaratória de inexistência de débito combinada com pedido de tutela antecipada combinada com indenização por danos morais contra **PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, partes qualificadas nos autos, e expõe que em que pese haver quitado uma dívida relativa ao cartão administrado pela ré, vencida em 15 de agosto de 2016, no dia 3 de setembro de 2016, a requerida indevidamente negativou seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, fato que lhe causou danos morais, cuja indenização estima em valor não inferior a R\$ 15.000,00. Requer a concessão da tutela para a exclusão do apontamento indevido e, ao fim, a procedência da ação, com a condenação da ré no pagamento da indenização indicada, além das verbas sucumbenciais. Instrui a inicial com documentos.

Contestação as fls. 27/34, acompanhada de documentos, com a qual a ré aduz que agiu no exercício regular de seu direito ao proceder a inscrição em nome do autor, vez que o último não honrou sua obrigação, sendo incabível a indenização pretendida. Requer a improcedência da ação.

Houve réplica, e para os autos vieram os ofícios do SCPC (fls. 77/78) e da Serasa (fls. 80/82), sobre os quais as partes foram cientificadas, sobrevindo manifestação apenas do autor.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1. A lide comporta julgamento antecipado previsto no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil.

2. Pretende o autor a declaração da inexistência do débito relativo à fatura do cartão administrado pela ré, vencida aos 15 de agosto de 2016, além de indenização pelos danos morais que alega ter sofrido.

É fato incontroverso que a parcela do débito discutido nos autos foi quitada pelo autor com atraso, em 3 de setembro de 2016. A ré, por sua vez, não impugna o pagamento, tampouco o valor quitado, ainda que com atraso. Preferiu, em sua defesa, discorrer sobre a inexistência de danos, sendo de rigor o acolhimento do pleito declaratório, conforme a pretensão inicial.

3. Por conseguinte, é a ré civilmente responsável pelos prejuízos morais causados ao autor, como consequência do apontamento indevido, vez que o dano é *in re ipsa*, a saber, o reconhecimento da sua existência emana do próprio ato lesivo, sem a necessidade de prova direta do prejuízo, pois é fato público e notório que a inclusão do nome de alguém nos órgãos de proteção ao crédito é suficiente para causar um transtorno indesejável, uma perturbação intransponível ou um abalo do conceito da pessoa na sociedade e no comércio em geral, de forma a impedir, ou pelo menos prejudicar sensivelmente, a possibilidade de obter crédito, realizar transações de toda ordem, contratar empréstimos bancários etc.

Adverta-se, por oportuno, que a existência de registros anteriores e posteriores, não inibe o direito de indenização com lastro naquele que permaneceu intacto no SCPC, sem causa jurídica para a sua existência, e que somente foi removido após o ajuizamento desta ação. Quando muito, os demais registros podem contribuir à fixação do *quantum* indenizatório.

Este, aliás, é o entendimento deste Juízo no tocante à aplicação da Súmula 385 do E. Superior Tribunal de Justiça (*Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento*), porquanto a inscrição a que se refere não é aquela que existiu e desapareceu antes ou aquela que surgiu em período posterior, mas a contemporânea, a que se mantém em vigor concomitantemente àquela questionada na ação.

Fosse diferente e a negação de reparação a quem no passado já possuiu inscrição legítima, mas que foi excluída dos cadastros, ou que passou a ter inscrição posterior àquela que fundamenta o pedido de reparação, equivaleria - guardadas as devidas proporções - à condenação de alguém apenas por ostentar maus antecedentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em verdade, se uma inscrição é considerada indevida, sem que outra possa, paralelamente, macular o seu efeito constrangedor, haverá direito de indenização, cujo arbitramento, porém, será mais favorável a quem nunca teve inscrição alguma e, em uma escala proporcional ao número de inscrições, menos favorável a quem possui outras.

Ademais, o autor provou que o único registro que perdura em seu nome se trata de inscrição indevida, tal qual a reconhecida nestes autos, eis que a dívida também se encontrada quitada, conforme comprovam os documentos acostados as fls. 86, donde a indiferença da existência dele para a concessão da reparação moral pleiteada

Caracterizado, assim, o dano moral, a compensação pecuniária pretendida é medida que se impõe, porque a Constituição da República expressamente garante o direito ao seu recebimento (artigo 5º, inciso X).

O arbitramento da indenização (artigo 1533 do Código Civil) tem por escopo dar à vítima uma satisfação capaz de neutralizar o sofrimento experimentado, sem significar um enriquecimento sem causa e, a um só tempo, deve ser eficaz na difícil missão de produzir no causador do mal um impacto tal que o impeça de igual e novo atentado.

No caso vertente, a prudência recomenda fixar a indenização-base na quantia equivalente a R\$ 15.000,00. Como o requerente ostentou outras inscrições em período anterior e posterior, reduz-se o valor à metade, por se entender suficiente para amenizar o sofrimento do autor e prevenir a reiteração de nova conduta culposa da ré.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para: a) declarar inexigível o débito de R\$ 210,99, relativo ao contrato nº 611730048, datado de 15/10/2016, e ora discutido; b) determinar a exclusão definitiva do nome do autor nos bancos de dados dos órgãos de proteção ao crédito relativamente àquela dívida; c) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a título de indenização pelos danos morais causados, que será atualizada monetariamente a partir desta sentença (Súmula 362 do STJ), e acrescida de juros moratórios desde a citação; e d) condenar o requerido a pagar as custas do processo e os honorários advocatícios da patrona adversa, estes de 15% sobre o valor da condenação.

P.I.

Araraquara, 21 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**